



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

O papel do CFP perante as finanças locais

Seminário

*Sustentabilidade das Finanças Públicas: Nova Lei das Finanças Locais
e Documento de Estratégia Orçamental (DEO) 2014/2018*

27 de maio de 2014
Guimarães, Centro Cultural Vila Flor

O papel do CFP perante as finanças locais

- O que é o CFP?

Artigo 12.º -I (LEO; 5.ª revisão da Lei n.º 22/2011, de 20/05)

Conselho das finanças públicas

1 — É criado um órgão independente, o conselho das finanças públicas, cuja **missão** consiste em pronunciar -se sobre os objectivos propostos relativamente aos cenários macroeconómico e orçamental, à sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas e ao cumprimento da regra sobre o saldo orçamental, prevista no artigo 12.º -C, da regra da despesa da administração central, prevista no artigo 12.º -D, e das **regras de endividamento das regiões autónomas e das autarquias locais** previstas nas respectivas leis de financiamento.

Artigo 4.º (Estatutos; Lei n.º 54/2011, de 19/10)

Missão

O conselho tem como missão proceder a uma avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo ao mesmo tempo a sua transparência, de modo a contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e para o reforço da credibilidade financeira do Estado.

- Atribuições

Artigo 6.º (*idem*)

Atribuições

Para o desempenho da sua missão, são conferidas ao conselho as seguintes atribuições:

(...);

e) Avaliar a situação financeira das regiões autónomas e **das autarquias locais**;

(...)

- Acrescem contribuições locais (associações de municípios, municípios, freguesias, empresas, fundações, etc.) para outras atribuições (sustentabilidade da dívida pública, cumprimento de regras orç, compromissos com PPP e concessões, ...)



Primeiros trabalhos

- Relatórios ligados à revisão da LFL de 2013
 - Audições parlamentares
 - Participação em grupos de trabalho
 - Publicações em curso
 - Análise à execução orçamental em 2013 das autarquias locais
 - Determinantes dos desequilíbrios financeiros municipais e eficácia dos mecanismos de correcção
-



Apresentações desta manhã

- Nível historicamente elevado de dívida pública; mudança de paradigma
 - Lógica das quatro intervenções
 - CFP: trabalhos em curso, resultados preliminares
 - Objectivos das intervenções do CFP
 - Motivar debate
 - Recolher contributos para as versões finais das publicações
-

Seminário

***Sustentabilidade das Finanças Públicas: Nova Lei das Finanças Locais
e Documento de Estratégia Orçamental (DEO) 2014/2018***

27 de maio de 2014

Guimarães, Centro Cultural Vila Flor



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Finanças locais no tempo e no espaço



- O que é que esta apresentação propõe? Viagem no tempo e no espaço à execução orçamental dos municípios portugueses
 - Porquê?
 - Atenção especial à região Norte
 - Estrutura
 - Análise diacrónica
 - Foco em 2013
-



I. Execução orçamental até 2013

Dívida dos municípios

Gráfico 1 — Dívida financeira bruta da administração subnacional (PDE), 2000-2013

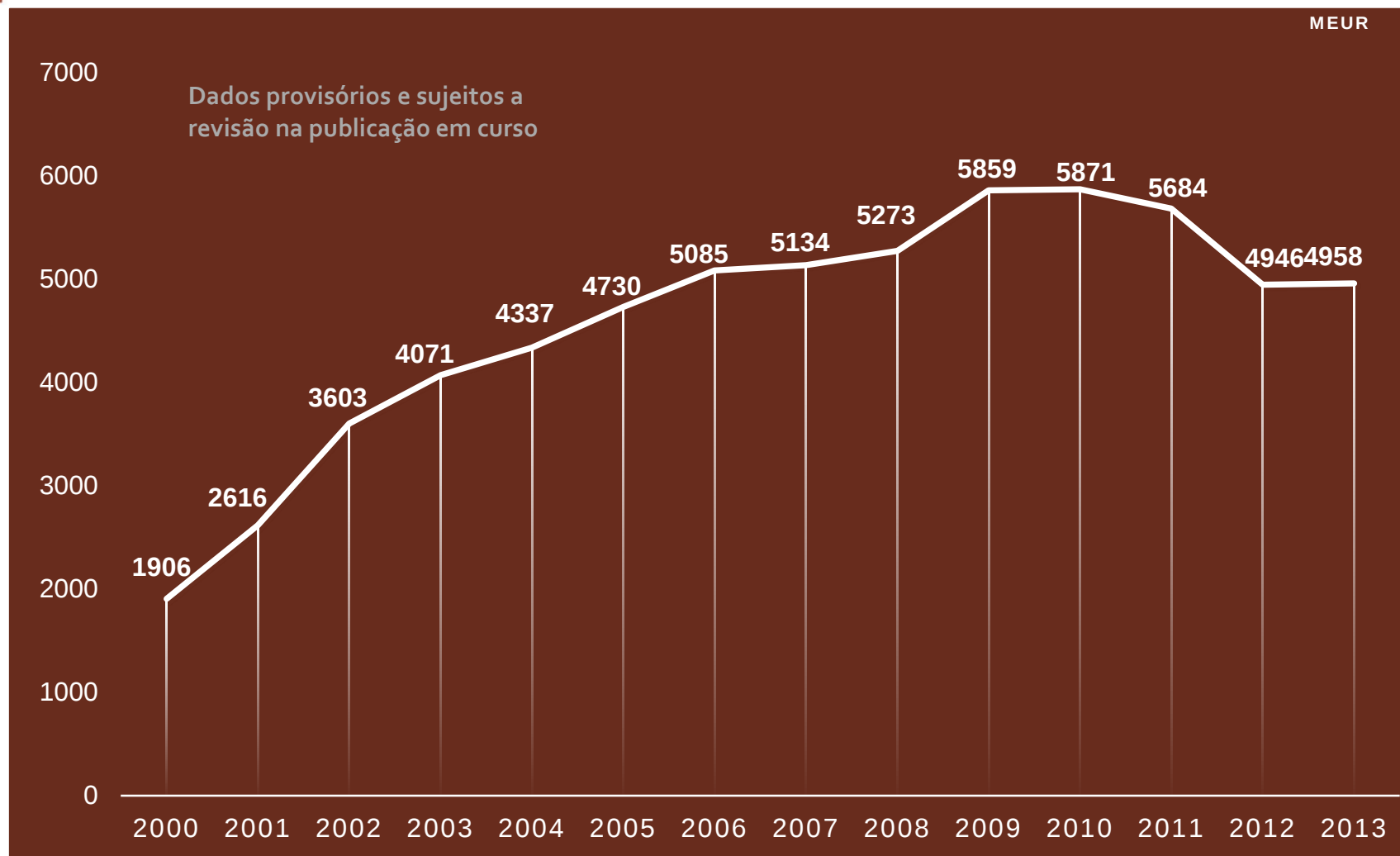


Gráfico 2 — Dívida dos municípios, 2007 a 2013

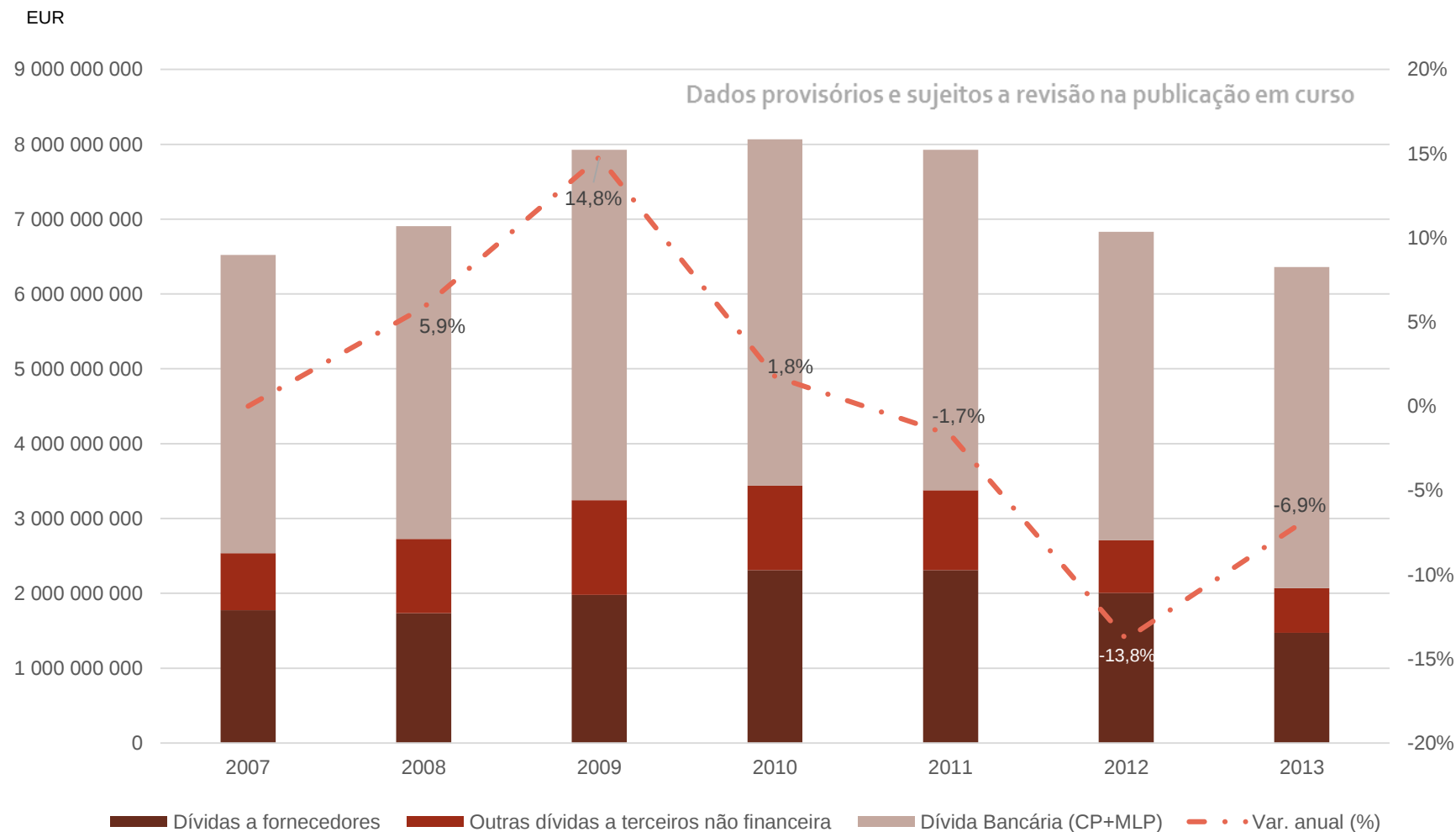


Gráfico 3 — Dívida bancária dos municípios, 2003 a 2011

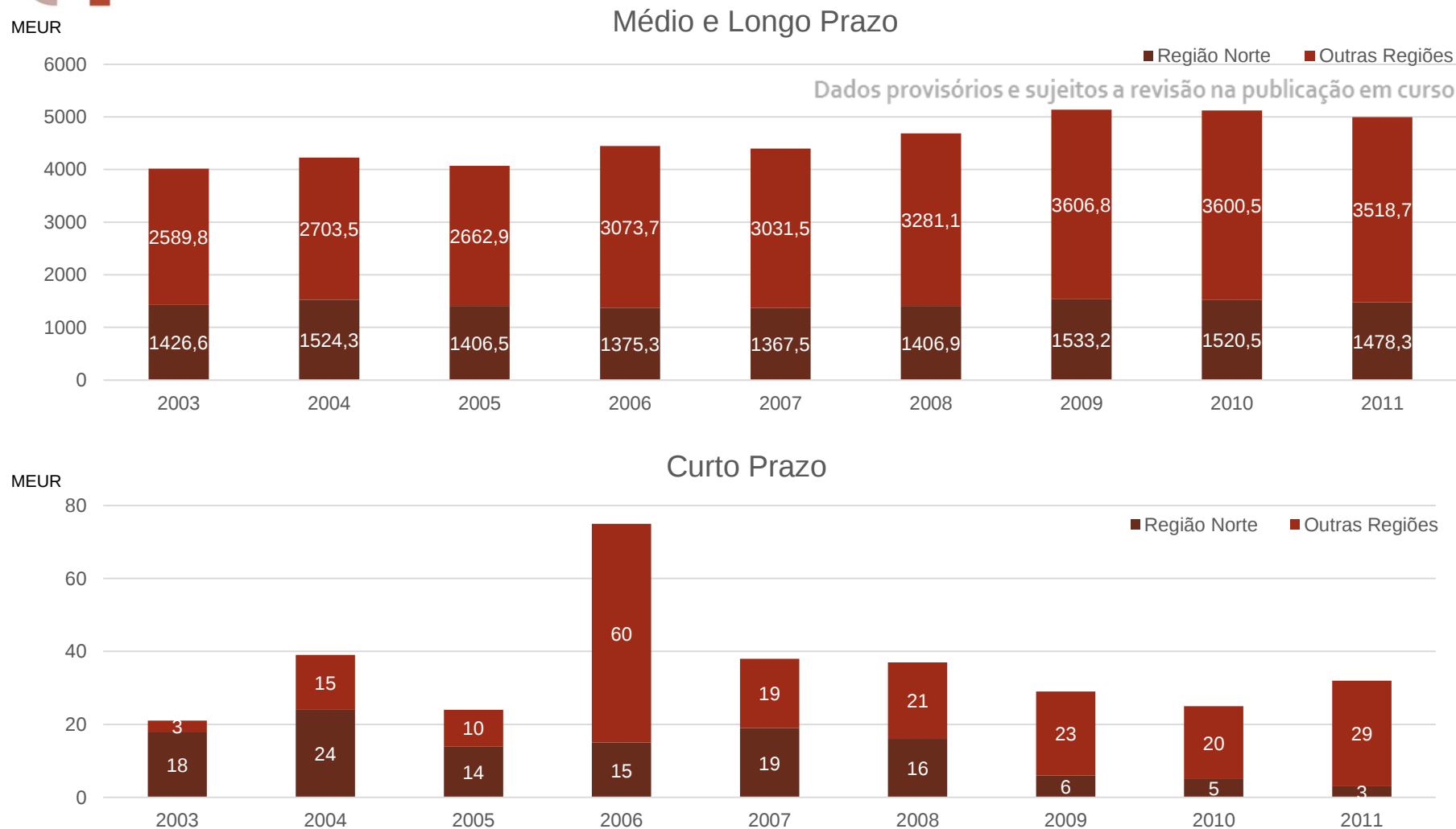
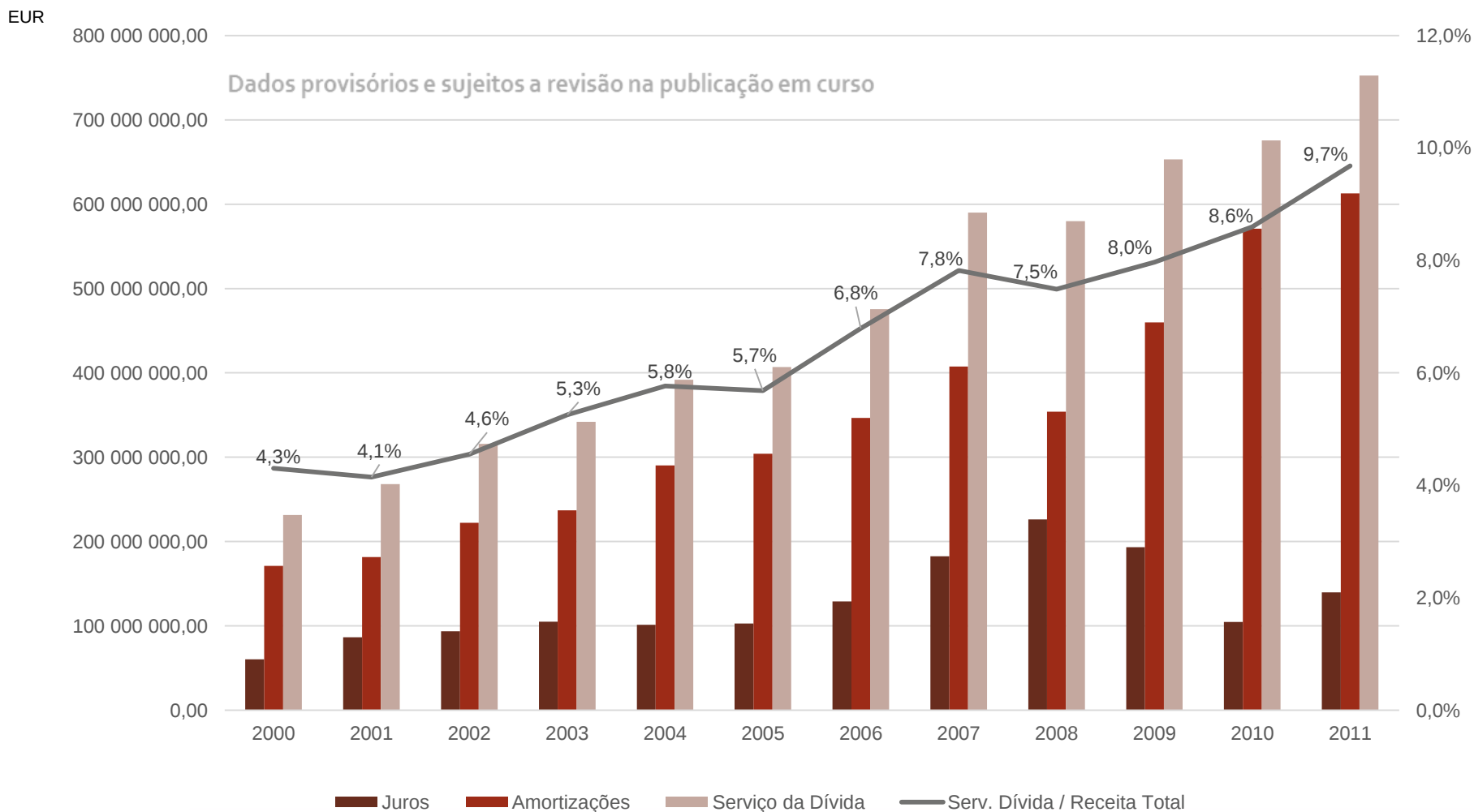
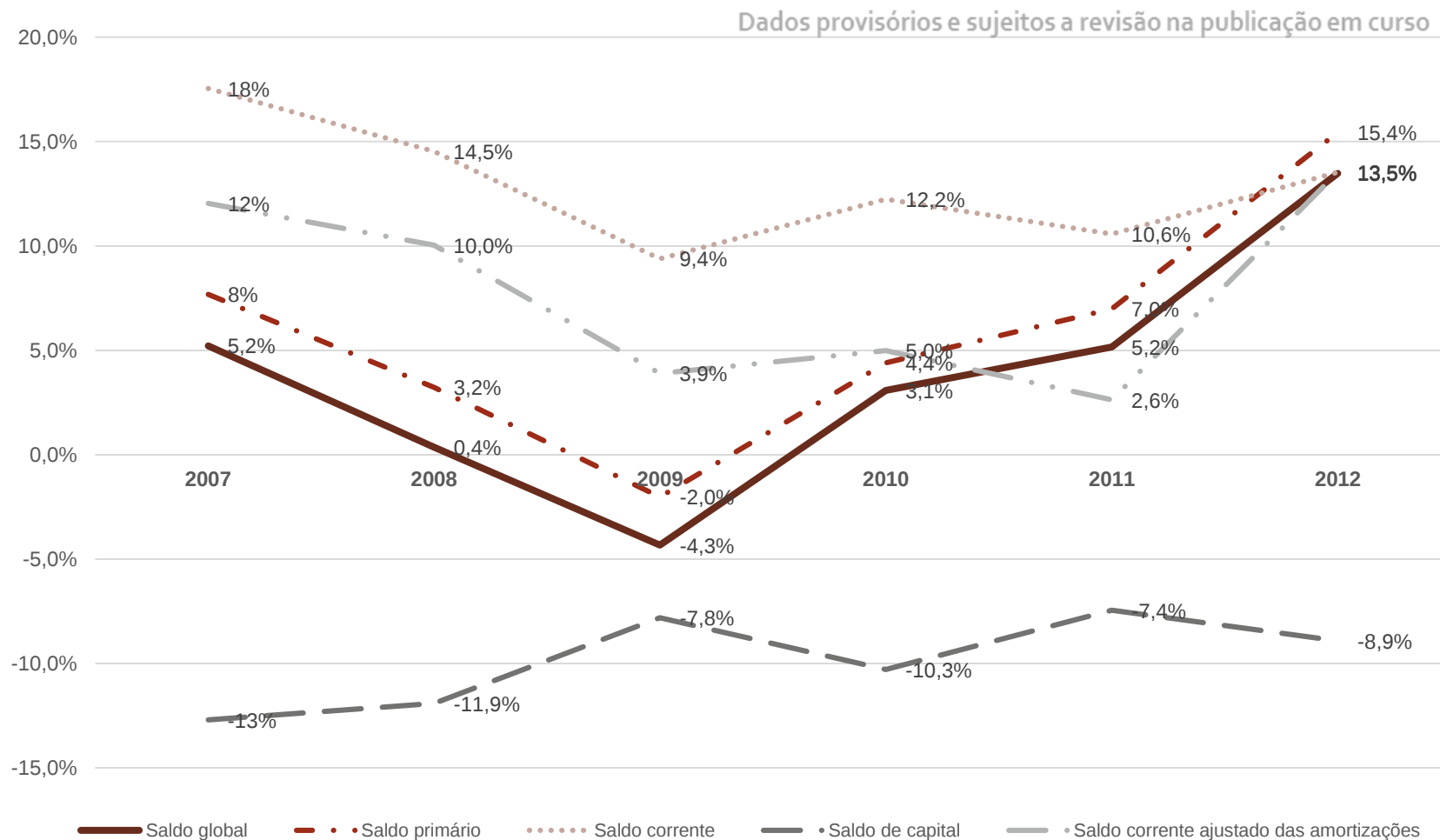


Gráfico 4 — Encargos da dívida dos municípios em percentagem da Receita Total, 2006 a 2011



Saldos

Gráfico 5 — Saldos em percentagem da despesa total, 2007 a 2012



Despesa

Gráfico 6 — Evolução da Despesa municipal 1987-2012, preços correntes (preços constantes em construção)

NÃO ATUALIZADO

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso





EUR

Gráfico 6 — Evolução da Despesa municipal *per capita*, a preços correntes, 1987-2012

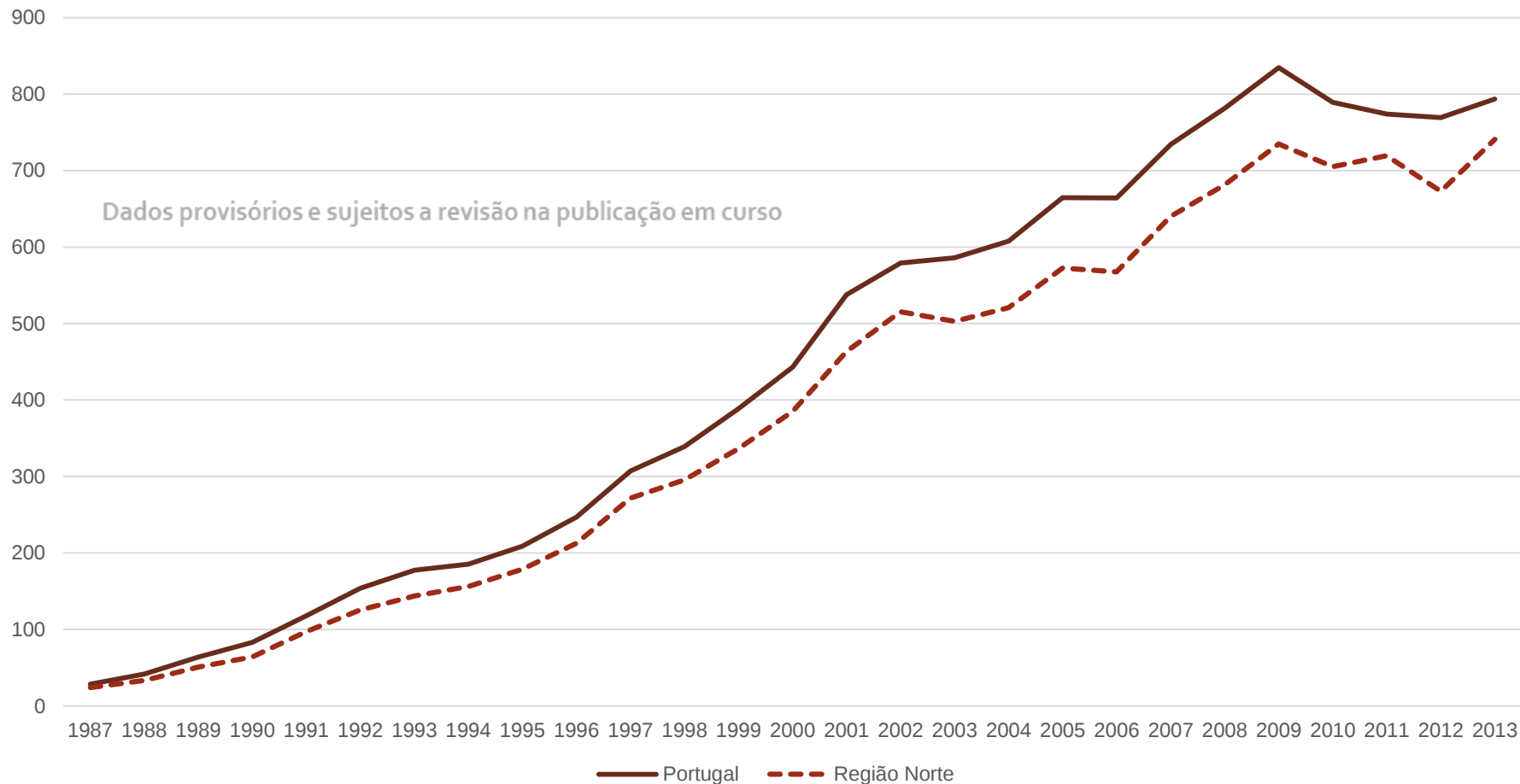


Gráfico 6 — Evolução da despesa municipal *per capita*, a preços correntes, por NUT III da Região Norte 2000-2013

EUR

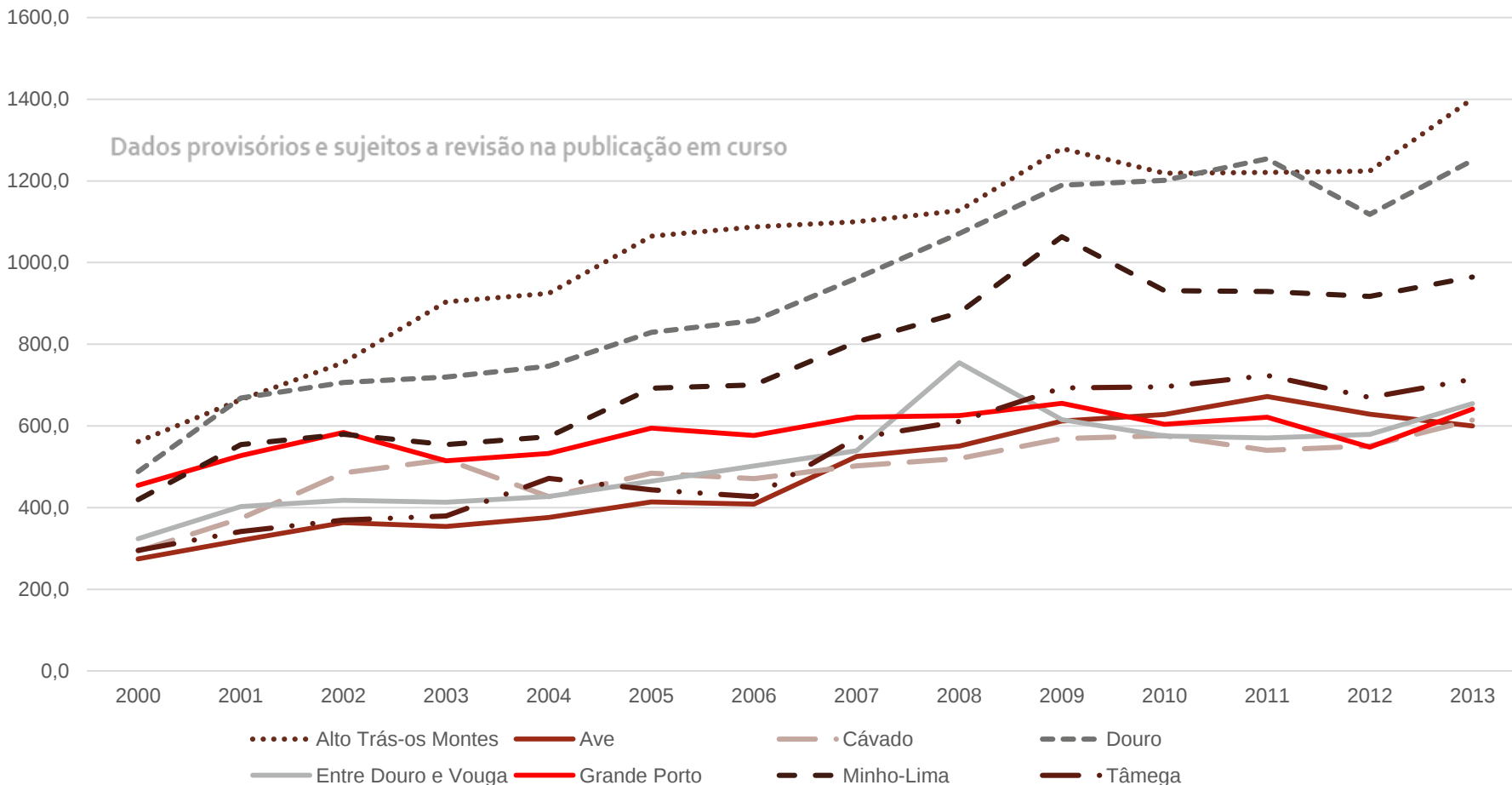


Gráfico 7 — Despesa efetiva municipal, 2006 a 2012

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

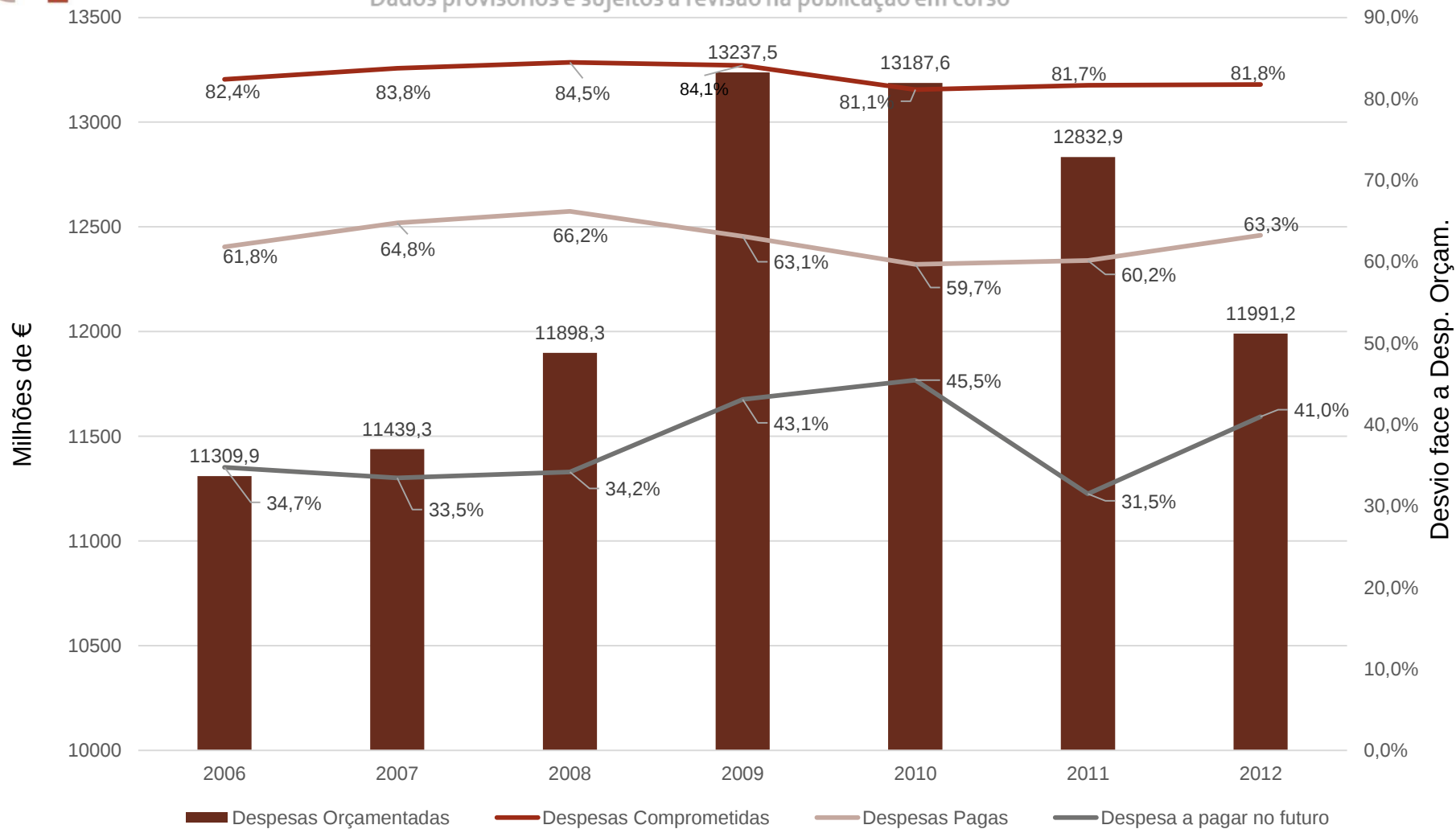
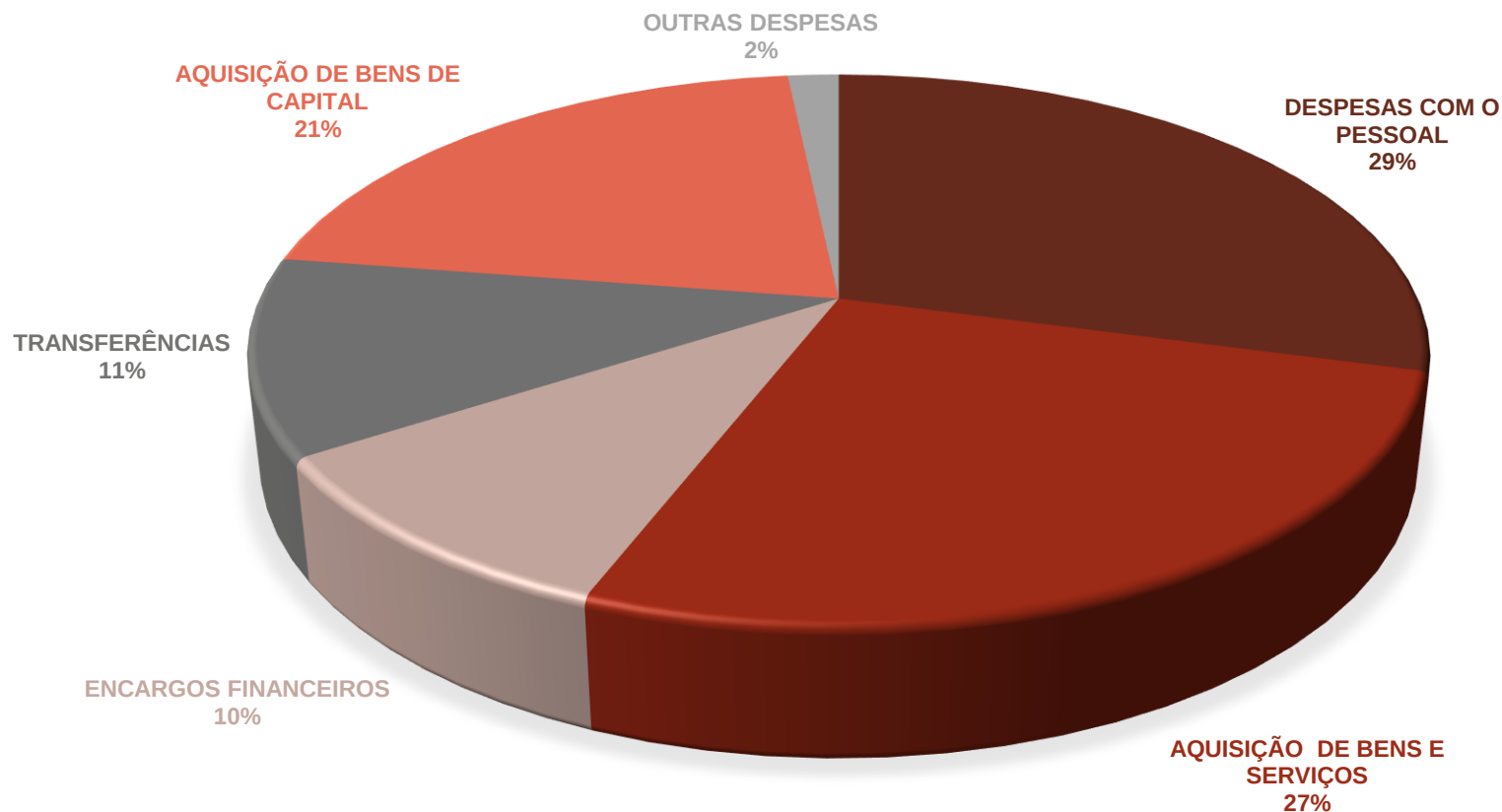


Gráfico 8 — Ventilação económica da despesa efetiva municipal, 2013

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso



Receita



Gráfico 9 — Evolução da Receita municipal 1987-2012, preços correntes (pr. const em construção)

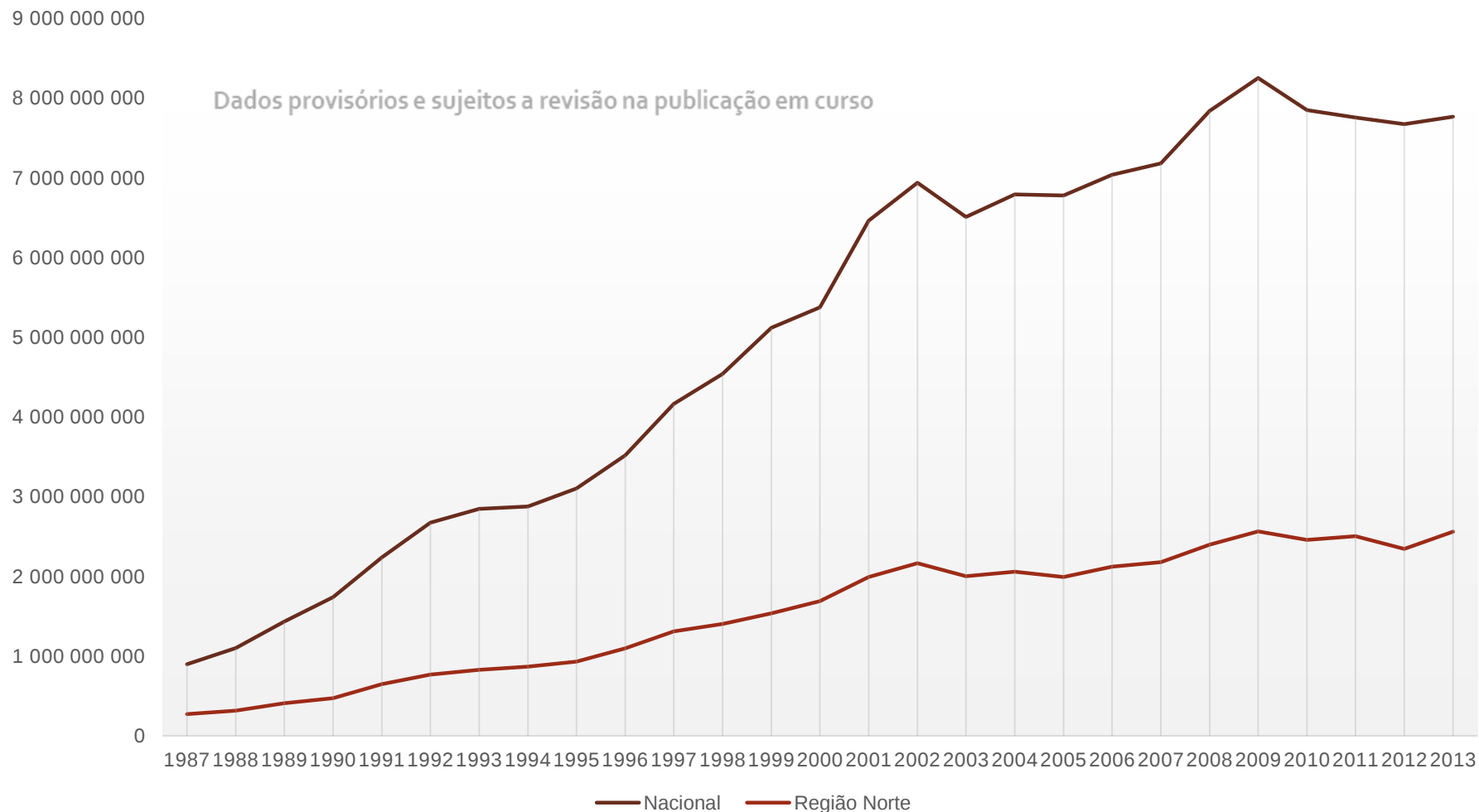


Gráfico 10 — Evolução da Receita municipal na Região Norte 1987-2012 (*per capita* e a preços constantes em construção)

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

1 000 000 000

750 000 000

500 000 000

250 000 000

0

1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011

Alto Trás-os-Montes Ave Cávado Douro Entre Douro e Vouga Grande Porto Minho e Lima Tâmega

Gráfico 11 — Receita efetiva municipal, 2006 a 2012

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

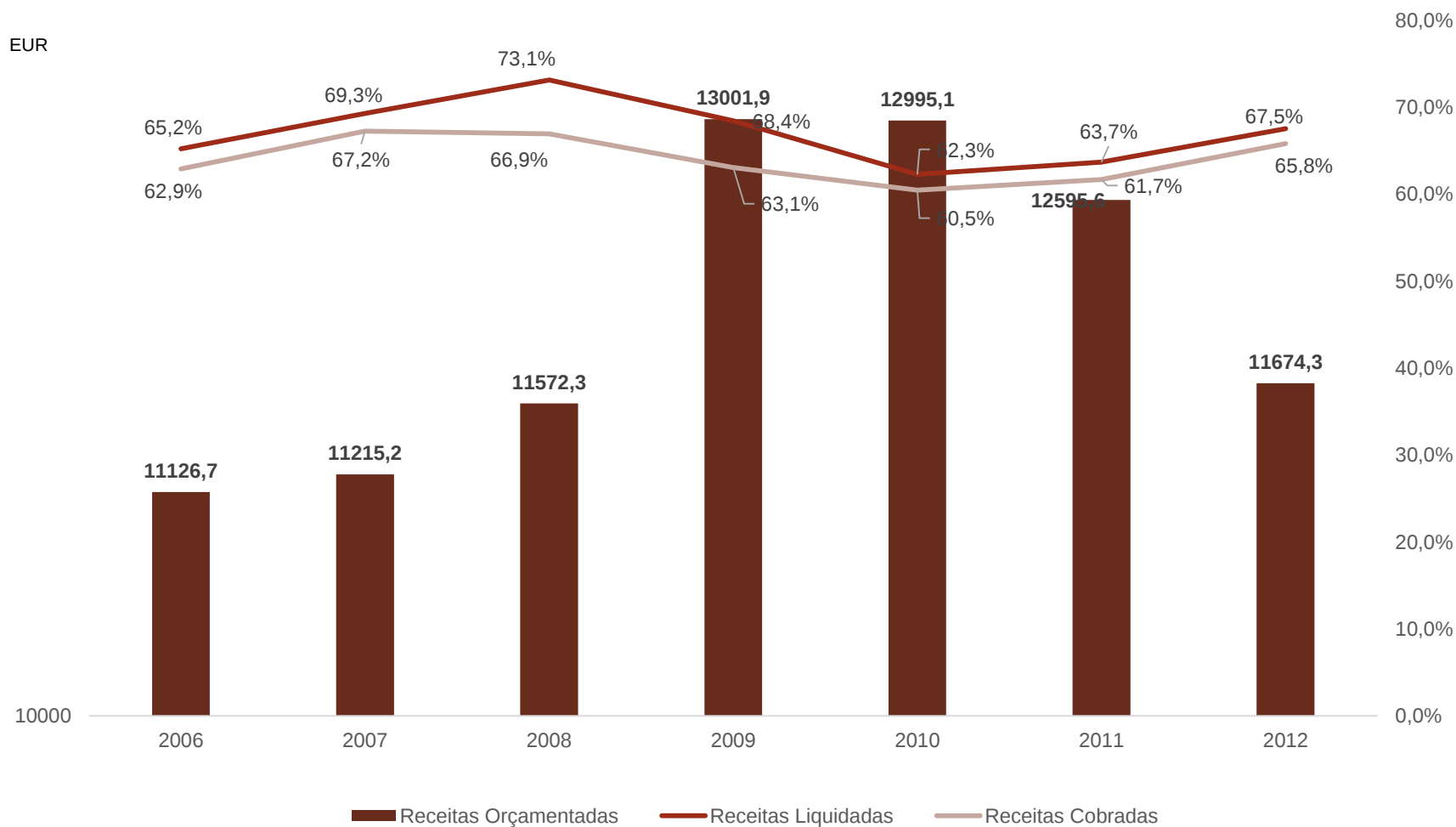
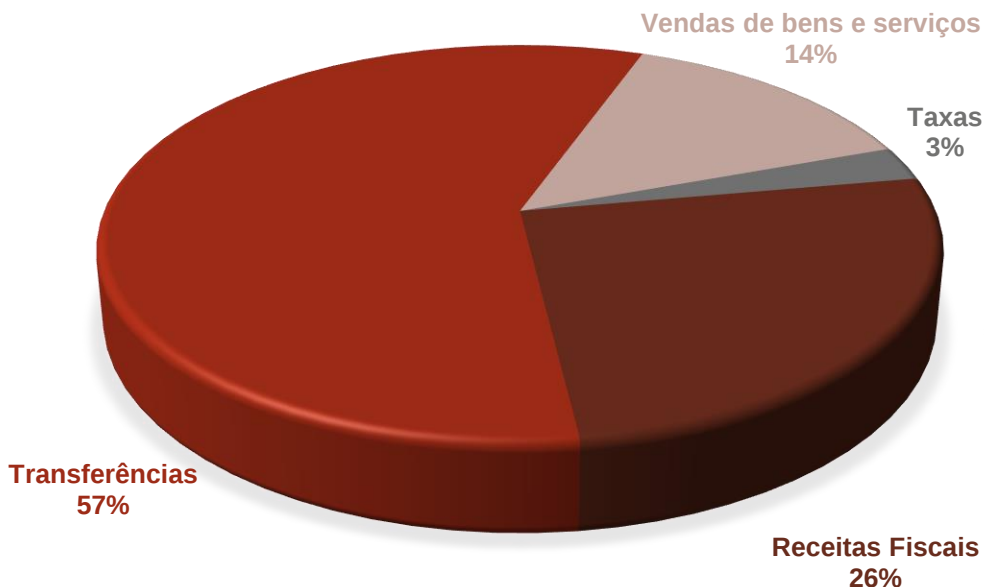


Gráfico 12 — Comparação da ventilação económica da receita efetiva municipal, 1987 *versus* 2012 (em actualização)

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

1987



2012

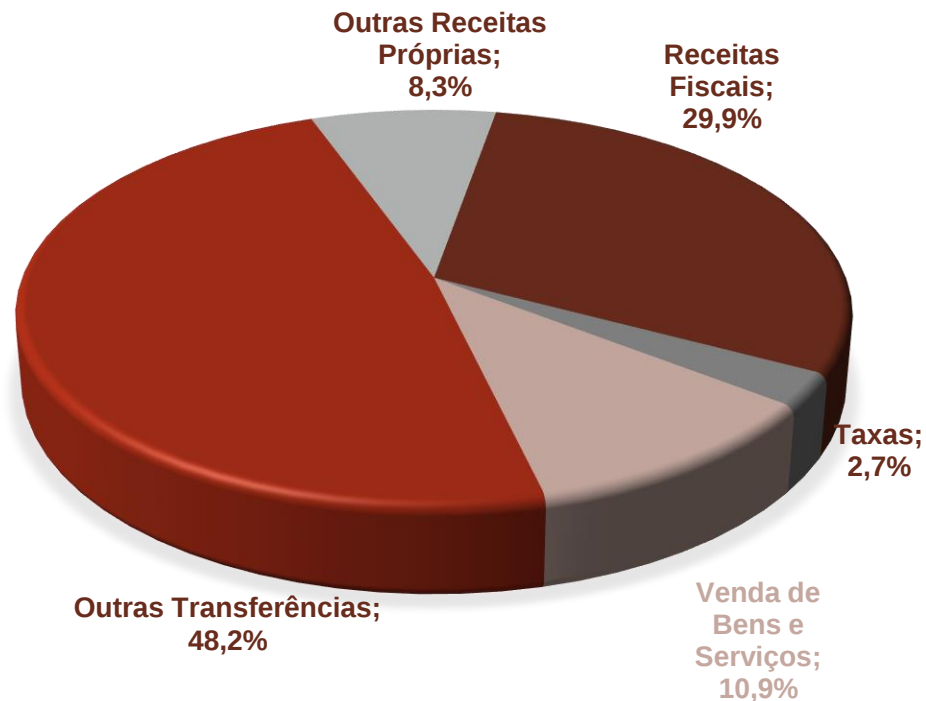
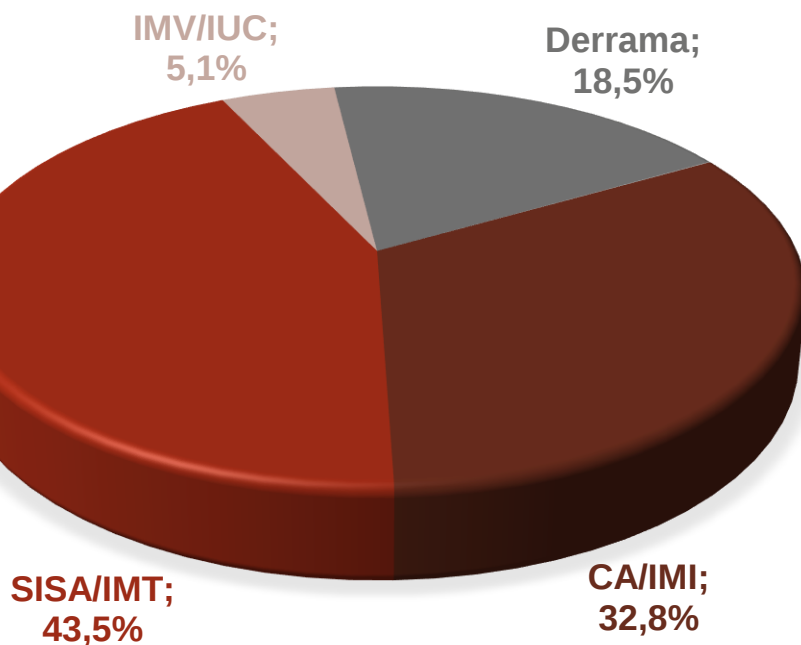


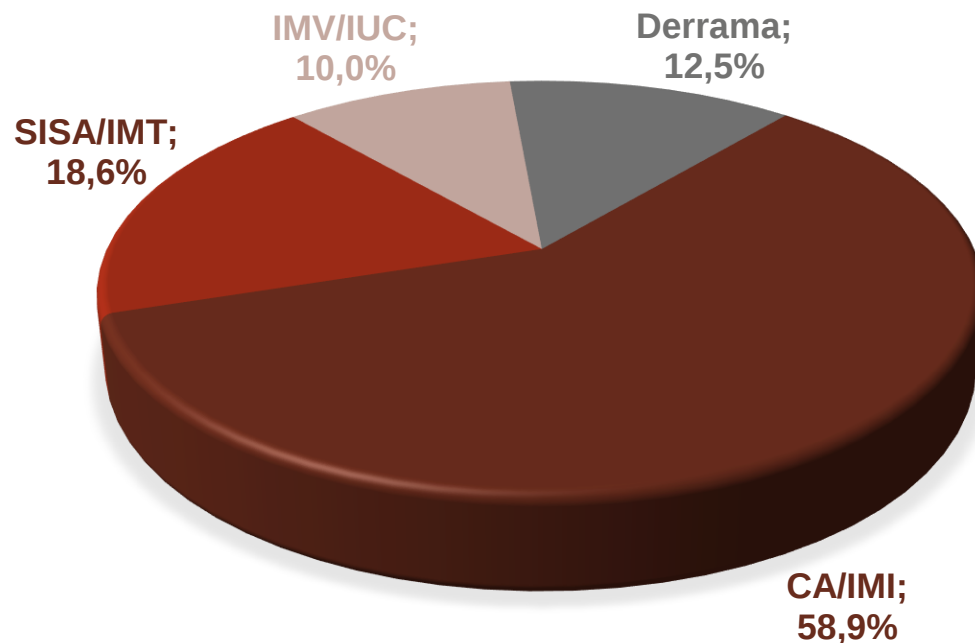
Gráfico 13 — Comparação da estrutura das receitas fiscais dos municípios portugueses, 2000 *versus* 2012

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

2000



2012



II. Execução orçamental de 2013

Quadro 1 — Conta consolidada das administrações públicas (base de caixa), 2012 NÃO ATUALIZADO

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

Unit: 10⁶ €

Aggregado / Aggregate	Sector Púb. Admin. / General Government	Administração Regional / Regional Governments			Adm. Local / Local Governmen ts ¹	Adm. Subnacional / Subnational Governments ²	
		Açores	Madeira	Total		Em % SPA / As % of GGov	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)	(7)=[(6)/(1)]*100
Receita efectiva / Effective Revenue	71.878,50	1.033,28	1.079,68	2.112,96	7.152,40	9.581,55	13,3%
Despesa efectiva / Effective Expenditure	77.476,70	1.056,44	1.075,62	2.132,06	6.950,72	9.398,98	12,1%
Saldo global / Overall balance	-5.598,20	-23,16	4,06	-19,10	201,69	182,57	-3,3%
Saldo primário / Primary balance	667,00	-9,58	47,21	37,63	339,83	378,06	56,7%

Quadro 2 — Saldo e dívida subnacionais em contabilidade nacional, 2008 a 2013 NÃO ATUALIZADO

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

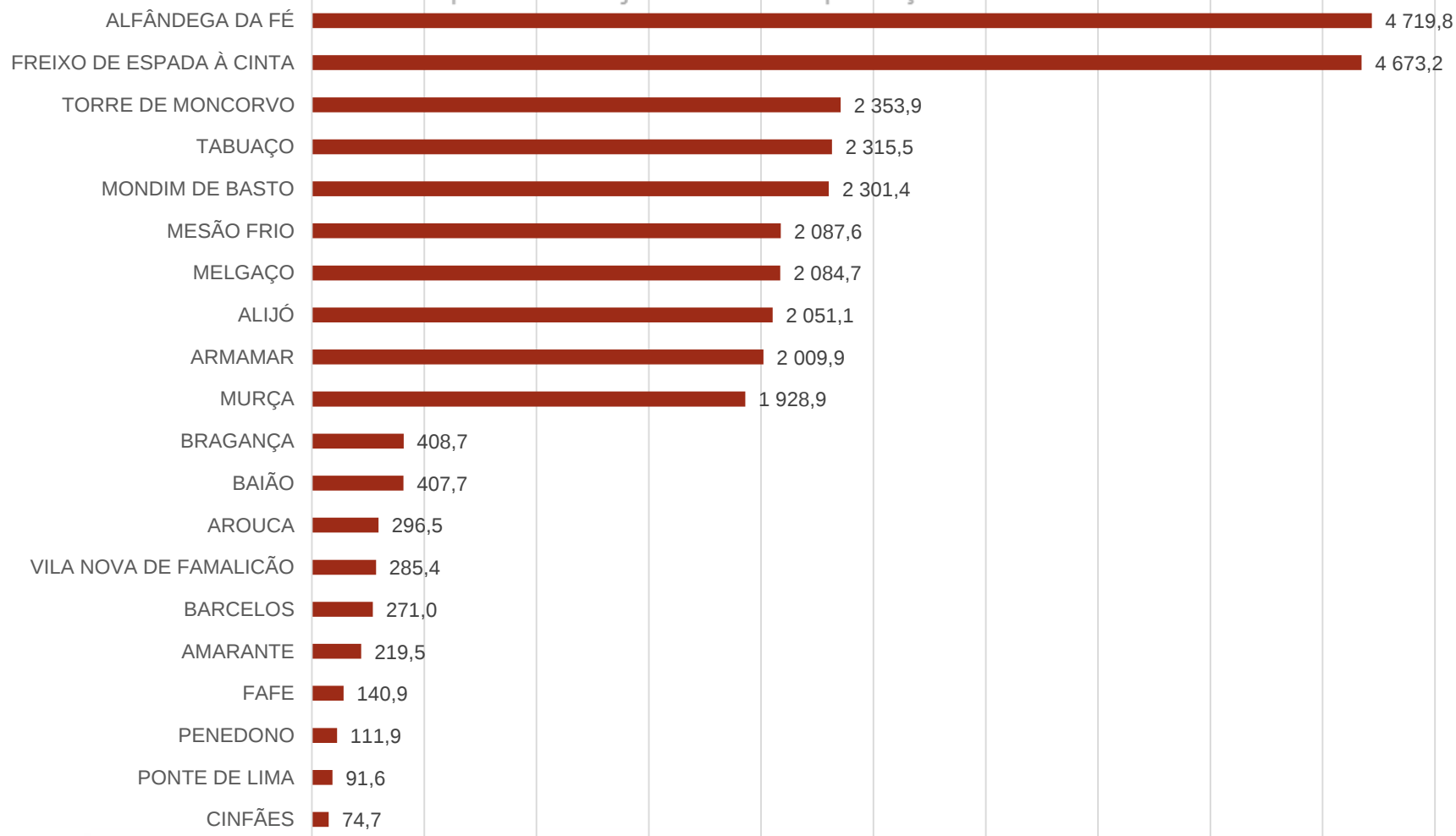
Unidade /unit: 10⁶ €

Variáveis /Variables	2008	2009	2010	2011
Capacidade (+) ou necessidade (-) líquida de financiamento Net lending (+) or net borrowing (-)				
Adm. Regional / Regional Admin.				
Açores	-41,5	-82,1	-53,6	-36,4
Madeira	-216,6	-338,2	-1.191,5	-1.125,1
Soma / Sum	-258,1	-420,3	-1.245,1	-1.161,5
Adm. Local / Local Adm.	-593,6	-921,5	-196,1	419,6
<i>Administrações Subnacionais / Subnational Administrations</i>	<i>-851,7</i>	<i>-1.341,8</i>	<i>-1.441,2</i>	<i>-741,9</i>
p.m.:Conjunto das Adm. Públicas / General Government	-6.235,6	-17.103,3	-16.950,1	-7.262,5
Dívida bruta / Gross debt				
Adm. Regional / Regional Admin.				
Açores	536,7	600,5	652,5	690,9
Madeira	1.847,9	2.066,1	3.051,4	3.735,0
Total	2.384,6	2.666,6	3.703,9	4.425,9
Adm. Local / Local Adm.	5.303,1	5.866,3	5.897,5	5.709,3
<i>Administrações Subnacionais / Subnational Administrations</i>	<i>7.687,7</i>	<i>8.532,9</i>	<i>9.601,4</i>	<i>10.135,2</i>

Gráfico 14 — 10-Maiores e 10-Menores da dívida relevante por habitante nos municípios da Região Norte, 2012

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

EUR



Quadro 3 — Resumo da evolução do endividamento municipal no país de janeiro a dezembro de 2012, face aos limites legais

Indicador e limite na LFL ¹ (Lei n.º 2/2007, de 15/01)	Endividamento 2012 EUR		N.º. de municípios que ultrapassam limite em 31-12-2012 ²
	01/01/2012	31-12-2012	
Curto prazo $máx = 10\%RT_{-1}$	32 416 606	21 200 346	7
MLP $máx = 100\%RT_{-1}$	3 105 132 460	2 808 608 376	34
Endividamento líquido $máx = 125\%RT_{-1}$	2 556 696 524	1 623 574 840	68
Capacidade de Financiamento (-)	-644 134 233	-853 676 621	10
Necessidade de Financiamento (+)	3 200 830 757	2 477 251 461	58
TOTAL			90

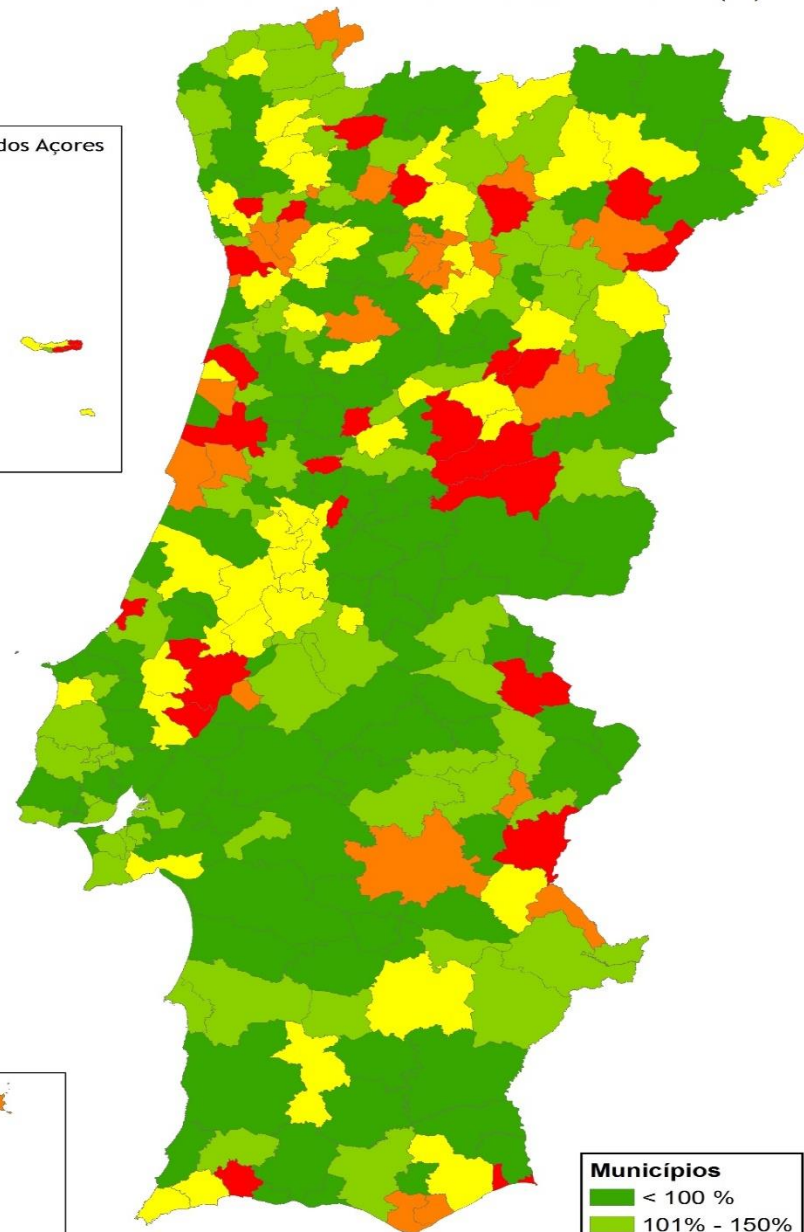
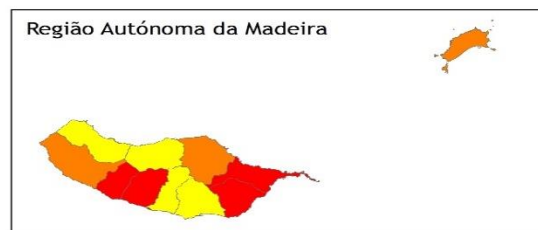
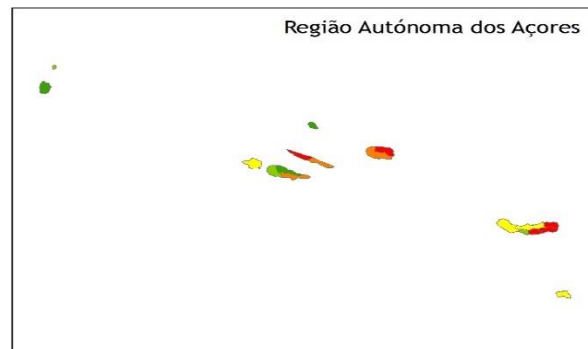
1 – Indicam-se os máximos fixados nesta lei. Porém, foram sendo revistos anualmente pelas leis orçamentais.

2 – Limites definidos pela LOE para 2012.



Distribuição geográfica da dívida por grupo municipal (2012)

Rácio da dívida total relevante relativamente à média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (%)

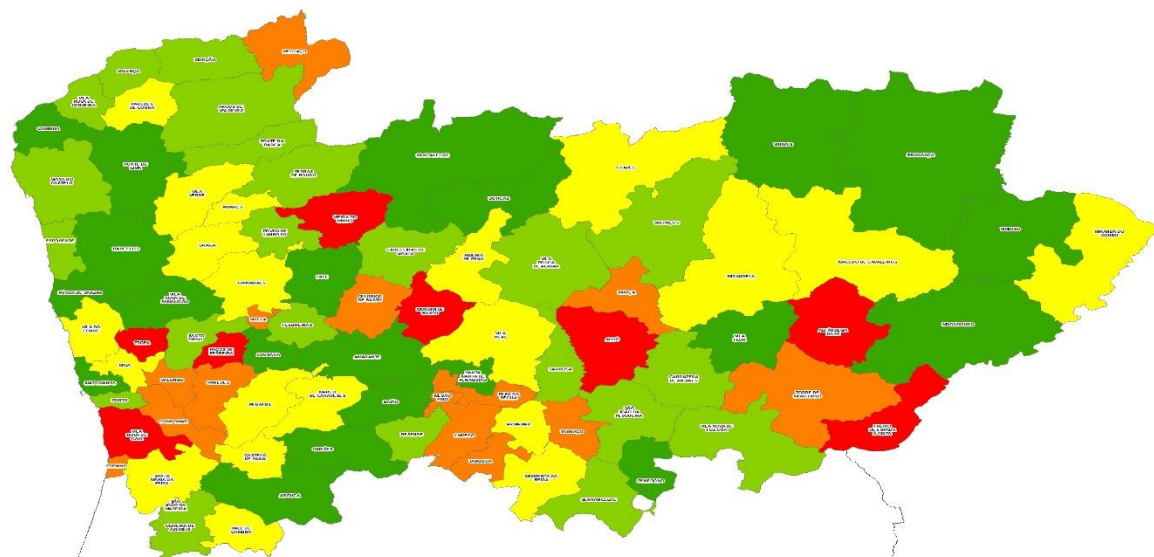


Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

Distribuição geográfica da dívida por grupo municipal, Região Norte (2012)

Rácio da dívida total relevante relativamente à média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (%)

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso



Municípios	
■	< 100 %
■	101% - 150%
■	151% - 225%
■	226% - 300%
■	> 300 %

Quadro 4— Características estatísticas da distribuição da despesa efetiva total municipal, 2013

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

MEUR

NACIONAL				REGIÃO NORTE			
		Despesa Efetiva				Despesa Efetiva	
Estatísticas Descritivas	Valor Absoluto M€		Peso	Estatísticas Descritivas	Valor Absoluto M€		Peso
Total Adm. Local	7701,9		100%	Total Região Norte	2511,3		32,61%
Nº municípios	308			Nº municípios	87		
Máximo	544,3	Lisboa	7,1%	Máximo Reg. Norte	182,4	Porto	7,26%
Mínimo	2,5	Corvo	0,03%	Mínimo Reg. Norte	8,4	Mesão Frio	0,33%
Média	25,0			Média	24,3		
Mediana	14,6			Mediana	15,2		
Coef.de Variação	1,55			Coef. de Variação	1,14		
Maiores 5	1141,2		14,8%	Maiores 5	588,4		23,4%
Maiores 10	1661,4		21,6%	Maiores 10	941,2		37,5%
Menores 5	17,0		0,2%	Menores 5	34,2		1,4%
Menores 10	38,8		0,5%	Menores 10	75,2		3,0%

Gráfico 15 — 10-Maiores e 10-Menores da receita efetiva municipal por habitante na Região Norte, 2013

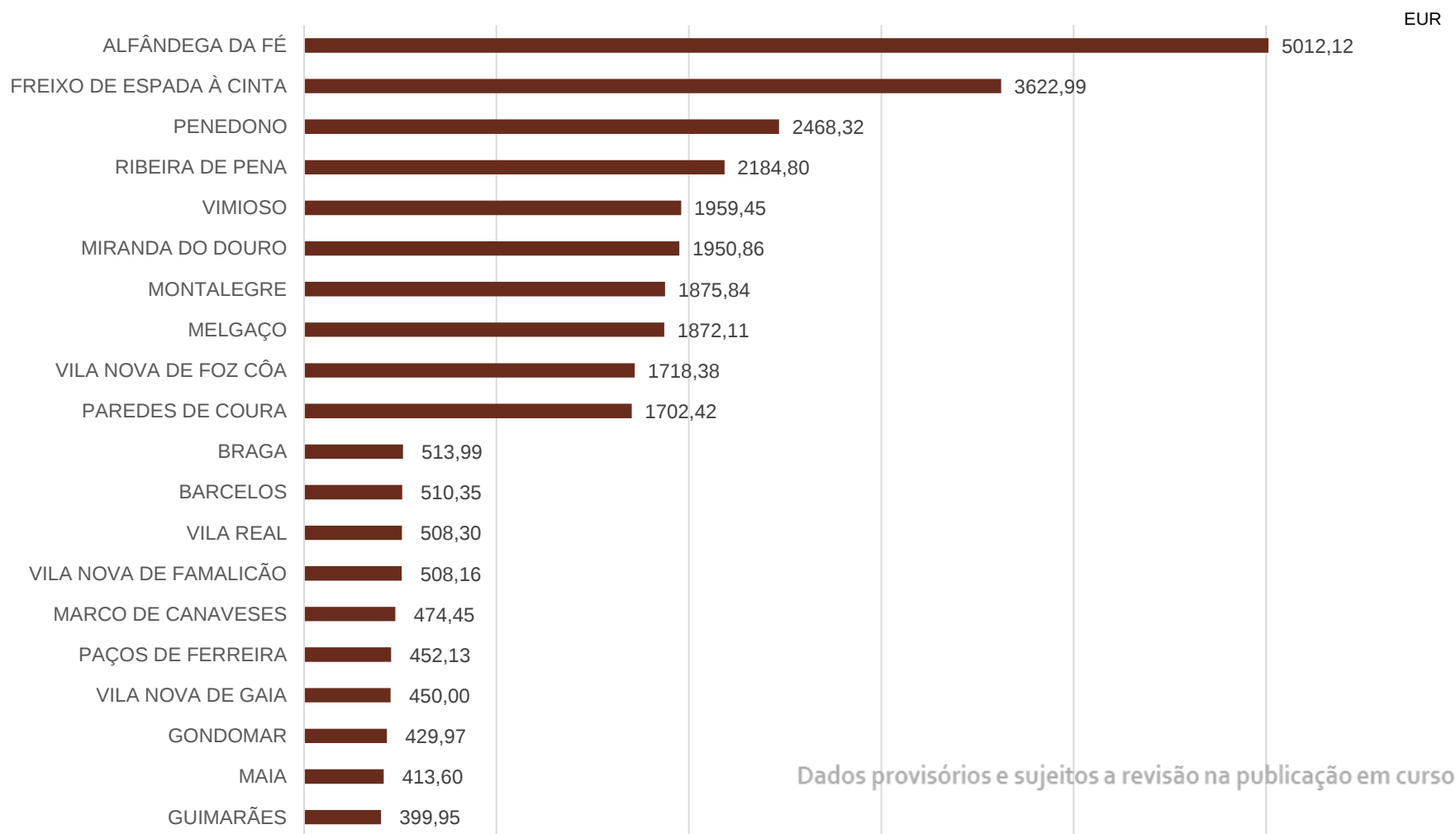
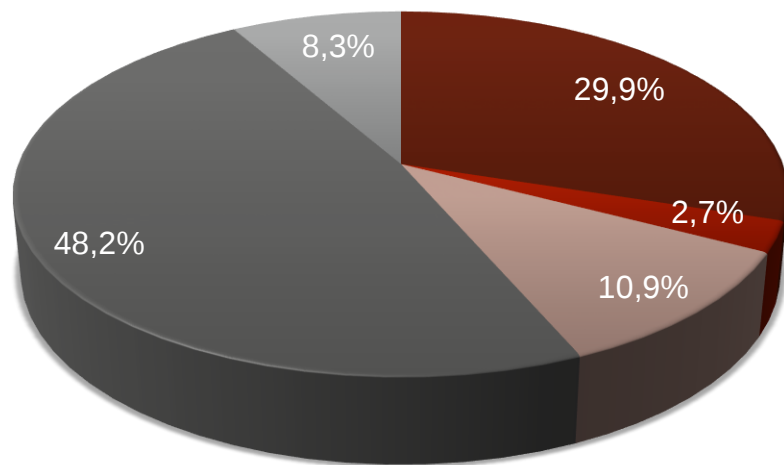
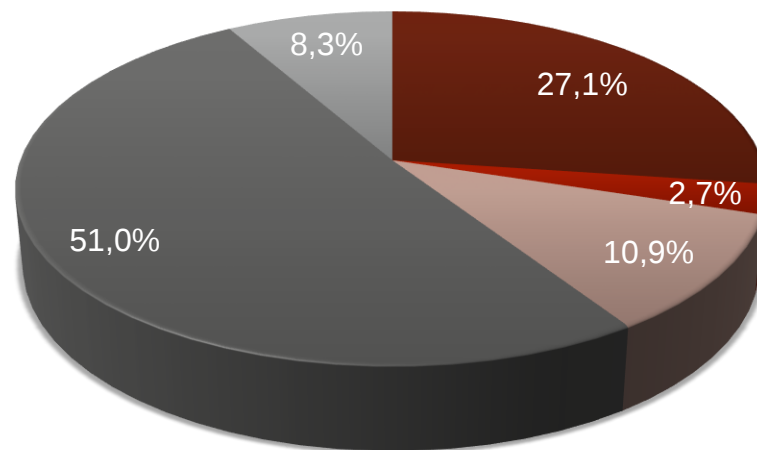


Gráfico 16 — Ventilação económica da receita efetiva municipal, 2012

Classificação Oficial



Classificação Alternativa



Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

■ Receitas Fiscais ■ Taxas
■ Venda de Bens e Serviços ■ Outras Transferências
■ Outras Receitas Próprias

■ Receitas Fiscais ■ Taxas
■ Venda de Bens e Serviços ■ Outras Transferências
■ Outras Receitas Próprias

Quadro 5 — Receitas próprias e transferências em % da receita efetiva total: parâmetros da distribuição municipal , 2013

	Transferências		Receitas Próprias	
Total Nacional	48,3%		51,7%	
Máximo	96,5%	Corvo	86,0%	
Mínimo	14,0%	Albufeira	3,5%	
Média	62,9%		37,1%	
Mediana	66,9%		33,1%	
Coef.de Variação	0,28		0,47	

	Transferências		Receitas Próprias	
Total Região Norte	54,6%		45,4%	
Máximo	91,8%	Cinfães	81,3%	
Mínimo	18,7%	Porto	8,2%	
Média	63,2%		36,8%	
Mediana	64,8%		35,2%	
Coef.de Variação	0,28		0,41	

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso

Quadro 6 — Taxa média dos impostos municipais, 2013

Média	IRS	Derrama	IMI
Banda legal	(0% -5%)	(0%-1,5%)	(0,3%-0,5%)
Nacional	4,5%	0,9%	0,35%
Região Norte	4,3%	0,8%	0,35%
Alto Trás-os-Montes	4,3%	0,4%	0,32%
Ave	4,1%	1,3%	0,38%
Cávado	4,6%	0,9%	0,32%
Douro	4,1%	0,5%	0,35%
Entre Douro e Vouga	4,8%	1,3%	0,36%
Grande Porto	4,7%	1,3%	0,40%
Minho-Lima	3,9%	0,8%	0,33%
Tâmega	4,4%	0,6%	0,40%

Dados provisórios e sujeitos a revisão na publicação em curso